

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO



15 de setembro de 2019

ARQUIVISTA

RECOMENDAÇÕES IMPORTANTES

- Este caderno contém 50 (cinquenta) questões todas de **múltipla escolha**. Confira a numeração das questões e o número de páginas, antes de responder a prova. Em caso de falhas na impressão ou falta de alguma questão, solicite imediata substituição do Caderno.
- Cada questão de **múltipla escolha** contém apenas uma alternativa correta.
- **Preencha, na Folha de Respostas, o espaço correspondente à alternativa escolhida, utilizando preferencialmente caneta esferográfica de tinta azul ou preta.**
- Não é permitida a utilização de **nenhum** material para anotação do GABARITO que não seja o fornecido pela COMPROV.
- Durante a prova o candidato não deverá **comunicar-se** com outros candidatos.
- A duração da prova é de **3 (três) horas**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da Folha de Respostas.
- O candidato será avisado de que o tempo de prova estará chegando ao final, **quando faltarem 30 (trinta) minutos**.
- Permanecer na sala onde realiza a prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas**.
- **Deixar o local de prova com seu gabarito**, no mínimo, **após 2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos** do início da prova;
- **A desobediência** a qualquer uma das determinações constantes nas presentes instruções ou na folha de respostas poderá implicar na **anulação da prova** do candidato.

BOA PROVA !

COMISSÃO DE PROCESSOS VESTIBULARES - COMPROV



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

ARQUIVISTA

15 de setembro de 2019

GABARITO DO CANDIDATO

01 -	11 -	21 -	31 -	41 -
02 -	12 -	22 -	32 -	42 -
03 -	13 -	23 -	33 -	43 -
04 -	14 -	24 -	34 -	44 -
05 -	15 -	25 -	35 -	45 -
06 -	16 -	26 -	36 -	46 -
07 -	17 -	27 -	37 -	47 -
08 -	18 -	28 -	38 -	48 -
09 -	19 -	29 -	39 -	49 -
10 -	20 -	30 -	40 -	50 -

Português

01 Considerando-se a relação autor e leitor do texto abaixo,

“O local de trabalho não deve ser apenas o lugar onde os indivíduos cumprem tarefas e recebem suas remunerações. Mais do que isso, o trabalho deve ser o local onde eles têm a oportunidade de se desenvolver profissionalmente, estabelecer ligações interpessoais e cultivar um espírito colaborativo – afinal é lá que passamos boa parte do nosso dia.

A ideia de pertencer ou fazer parte de uma organização contribui para melhorar o engajamento de funcionários, a produtividade e o alcance dos resultados desejados. Aumento da satisfação, maior dinamismo nas atividades e equilíbrio das necessidades da empresa e do funcionário também são benefícios que o sentimento de pertencimento no trabalho produz.”

(Equipe da Viva!Experiências. Disponível em <http://www.vivaexperiencias.com.br/blog/sentimento-de-pertencimento-no-trabalho/> Acesso em 13/7/19, com adaptações)

destacam-se na sua construção critérios de situacionalidade, intencionalidade e aceitabilidade, tendo em vista que

- a) o autor e o leitor reagem a esse texto, reconhecendo e aceitando a situação de empregabilidade da empresa, esperando retorno do funcionário.
- b) o leitor situa o local de publicação e o autor do texto e identifica o objetivo desse texto, que o convence a fazer parte de uma instituição.
- c) o autor apresenta o ambiente de trabalho, buscando aceitação e reconhecimento do leitor pela coerência com que escreveu o texto.
- d) o leitor identifica o local de trabalho como lugar propício para a demonstração de aceitação mútua entre empresa e funcionários.
- e) o autor situa o tema de seu texto, com a intenção de ter a adesão do leitor, a respeito da ideia de pertença, que é o foco desse texto.

02 O texto abaixo faz considerações sobre a seleção feminina de futebol.

“Encerrada a participação da seleção brasileira na Copa do Mundo, eliminada apenas na prorrogação pela dona da casa, a França, duas constatações sobre o futebol feminino se impõem. Se olharmos para o que acabou de ocorrer, poderemos comemorar a mobilização popular em torno de um time de mulheres jogando um esporte historicamente tachado como masculino. (...) Mas, se vislumbrarmos o que está por vir, o cenário é alarmante: após o Mundial, as grandes protagonistas do time ficaram mais próximas da aposentadoria.”

(PELLEGRINO, A. Veja, 3/7/19, p.80)

O uso de SE e MAS, nesse texto, permite ao leitor compreender que:

- a) Há uma relação de comparação entre o estado atual da seleção e seu futuro, causada pela aposentadoria de umas atletas e não preparação de outras.
- b) Ocorre uma relação de causa e efeito entre o apoio dos brasileiros e a atuação da seleção, donde se conclui que é necessária mais mobilização popular.
- c) Há uma relação de disjunção entre o passado e o futuro da seleção de futebol, condicionada pelo ponto de vista pelo qual ela é considerada.
- d) Estabelece-se uma relação de exemplificação entre a participação da seleção na Copa do Mundo e o futuro das atletas, tendo em vista a aposentadoria.
- e) É possível perceber uma relação de contraposição entre a participação da seleção e sua eliminação da Copa, dado o empenho com que ela jogou.

03 Escrever em registro linguístico formal exige observância a normas estabelecidas. Qual dos enunciados a seguir está adequado a esse registro?

- a) Pesquisa publicada em *The Lancet*, há dois anos, mostrou que 86% dos pacientes que tinham diabetes e seguiram uma dieta radical tiveram remissão da doença. Ou seja, todos os sinais do problema desapareceram e eles não precisariam tomar mais remédios. (G.V.06/2019)
- b) [o conhecimento] advém de vários outros estudos relacionados tanto aos sociolinguísticos mas também fonéticos. Onde têm por questão principal observar que mesmo numa determinada região, haverá diversas formas da língua ser utilizada. (E.F. 06/2019)
- c) Percebemos que há variações pois cada indivíduo, mesmo morando em um mesmo ambiente, participa de outros ambientes no qual consegue se apropriar de mais informações sobre a língua. (H.S. 06/2019)
- d) Há juristas que entendem ser obrigatória a presença do representante do MP na eleição e há juristas que entende ser obrigatório a convocação desse representante, independente de ele comparecer ou não. (C.P. 06/2019)
- e) O método de ensino mais utilizado em disciplinas de programação introdutória, é a proposição de problemas que apresenta-se um enunciado com um problema descrito e os estudantes elaboram um algoritmo para solucionar. (L.P. 2018)

04 Um texto pode ser construído de formas variadas sem que sua informação principal seja alterada. Nesse sentido, qual dos escritos abaixo parafraseia o texto a seguir?

“O conceito de serviço público sofre transformações no tempo e no espaço, de acordo com a dinâmica do contexto social, político e econômico em que se insere, mas há um ponto comum em todos os contextos históricos: serviço público é a prestação de serviço ao público toda ocasião em que o Estado assuma obrigatoriamente a incumbência de satisfazer determinadas necessidades coletivas.” (S.M.P.L.2009)

- a) Conforme as mudanças do contexto social, político e econômico em que o serviço público se localize, seu conceito se altera no tempo e no espaço, porquanto seu significado básico permanece sem alteração, já que se caracteriza como servir ao público nas atividades coletivas que o Estado estabeleceu como obrigatórias para si.
- b) Mesmo que o conceito de serviço público se modifique no tempo e no espaço, conforme o contexto social, político e econômico em que se encontre, ele não perde sua característica principal, que é a de servir ao público, sempre que o Estado tome para si, obrigatoriamente, a responsabilidade de atender necessidades especificadas da população.
- c) Independentemente do tempo, do espaço e do contexto social, político e econômico em que o serviço público se encontre, seu conceito básico não varia, porque as transformações que ocorrem dizem respeito às obrigações que o Estado assume perante as necessidades da população.
- d) A característica essencial de serviço público é prestar serviço à população, se o Estado estabelecer como obrigatório o atendimento das necessidades da coletividade; o que pode causar alterações no conceito de serviço público, de acordo com a dinâmica do contexto social, político e econômico em que esse serviço se encontre.
- e) Ainda que haja um ponto comum nos conceitos de serviço público ao longo do tempo e do espaço, a dinâmica dos contextos social, político e econômico em que o serviço público se insere provoca alteração nesse conceito sempre que o Estado se responsabilize, obrigatoriamente, pelo atendimento de certas necessidades da população.

05 Novas palavras são incorporadas ao português por meio de vários processos linguísticos. Lendo o texto abaixo,

“Tinder? WhatsApp? Jovens agora curtem bater papo escondidos no Google Docs

Recentemente, a Google encerrou uma de suas tentativas para se inserir no mercado de mensageiros, o Allo. (...)



9 Bits • há 3 meses

eu e meus amigos conversávamos pelo chat do Minecraft q não precisava de internet para ser utilizado, era só uma pessoa rotear o wifi dela (msm sem ela ter internet ou sinal de celular), ninguém supera os jovens.
1_Responder Partilhar › »

(18/3/19 Disponível em <https://www.tecmundo.com.br/internet/139582-tinder-whatsapp-jovens-curtem-bater-papo-escondidos-google-docs.htm>)

é possível identificar-se, dada a área de conhecimento em questão,

- o neologismo, com mais destaque, e o estrangeirismo, menos recorrente, visto o uso desse último se restringir a um determinado grupo de pessoas.
- o neologismo, como predominante, visto que os falantes de português se adaptam às palavras novas que são incorporadas à língua.
- o estrangeirismo, com menos contribuição, e o neologismo, como mais produtivo, dada a quantidade das novas palavras no português.
- o estrangeirismo, como o principal processo de ampliação lexical, tendo em vista o rápido desenvolvimento da área.
- ambos os processos, como produtivos, de forma equilibrada, pois as palavras introduzidas são usadas pela sociedade.

06 O que causa estranhamento no interlocutor, ao ler o texto abaixo (excerto de palestra dirigida a servidores técnico-administrativos e a gestores de universidade pública brasileira)?

Início, apresentando meu conceito de servidor público: são servidores públicos, em sentido amplo, as pessoas físicas que prestam serviços ao Estado e às entidades da Administração indireta, com vínculo empregatício e mediante remuneração paga pelos cofres públicos (di PIETRO, 1996). Assim, vocês são servidores públicos. E como trabalham nesta universidade, que é pública, com finalidades sociais, porque possibilita, entre outras ações, a profissionalização de tantos jovens, vocês precisam desenvolver o sentimento de pertença a esta instituição.

Sei que é um desafio para a organização criar atmosfera adequada e salutar para todos, mas o sucesso desse desafio depende de estratégias que possam manter vocês, colaboradores, na empresa; que envolvam ações de valorização de funcionários pelas metas alcançadas, pelos contratos assinados; que criem bom relacionamento com a liderança. Com isso, os serviços prestados pela universidade, visando ao atendimento de ações sociais, são realizados a contento. (T.S. 2017)

- Uso de verbos na primeira pessoa do singular, tornando o texto inadequado à formalidade de uma palestra.
- Início de palestra com definição, dando característica de aula a um evento universitário formal.
- Utilização de apelo emocional, almejando credibilidade, por parte da plateia, para o que é dito.
- Inclusão de informações sobre trabalhadores privados, eliminando o desnível entre público e privado.
- Inclusão de argumentos relacionados à empresa privada, provocando contradição no texto da palestra.

07 O novo acordo ortográfico do português está em uso desde 2009, mas muitos brasileiros ainda estão escrevendo de acordo com a grafia antiga. Qual das sequências de palavras abaixo está conforme o novo acordo?

- a) Pré-universitário; (ele) entretém; heroico; dia-a-dia; (ele) pára.
- b) Suprarrenal; ex-diretor; pôr (verbo); perdo; papéis.
- c) Mal-humorado; (elas) descrêem; acriano (do Acre); fórum; imã.
- d) Além-mar; científico; faisca; (tu) deténs; espontânea.
- e) Sobrehumano; copo-d'água; tipóia; Sauipe; amiúde.

08 Segundo a gramática normativa do português, o texto abaixo desconsiderou normas de que tipo?

“O advogado HT disse que ‘o conjunto da obra é grandioso’. Que o mecanismo do Empreender foi feito para permitir seu uso político (...). O relator, JRP rejeitou todas as preliminares da defesa e foi seguido pelo Tribunal. A sessão foi suspensa e os votos dos demais integrantes ficou para a próxima sessão.” (L.G. 12/7/19)

- a) Estruturação de período, concordância nominal e regência verbal.
- b) Uso de pronomes, acentuação gráfica e pontuação.
- c) Pontuação, estruturação de período e concordância verbal.
- d) Concordância verbal, acentuação gráfica e uso de pronomes.
- e) Concordância nominal, regência verbal e concordância verbal.

09 Observando a redação do enunciado abaixo,

“Há imóveis que foram abandonados pelas empresas de construção pela metade do serviço, sem ao menos concluir.” (CP, 07/19)

o leitor chega à conclusão de que seu autor recorre a (à):

- a) Paráfrase, objetivando tornar o texto claro, ao afirmar que a obra não foi concluída.
- b) Dubiedade de sentido, deixando o texto ambíguo, ao se referir a imóveis abandonados.
- c) Polissêmia, buscando esclarecer o leitor, quando faz alusão ao significado de metade do serviço.
- d) Informações óbvias, representando perda de informatividade, quando se refere ao sentido de obra inacabada.
- e) Retomadas de informações, tornando o texto mais detalhado, quando faz referência à não-conclusão da obra.

10 O uso do acento grave, indicador de crase, em textos escritos no âmbito universitário, nem sempre segue os princípios estabelecidos. Como as lacunas do texto abaixo são preenchidas de forma adequada, considerando-se esse sinal indicador de crase?

Dada ____ necessidade de padronizar ____ solicitações de estudantes, seguem abaixo algumas exigências ____ serem cumpridas.

1) O pedido de auxílio financeiro ____ estudantes deverá ser solicitado via formulário específico e encaminhado ____ Pró-reitoria X;

2) O formulário de pedido de auxílio coletivo só deverá ser utilizado quando ____ solicitação tratar de um mesmo evento e referente ____ atividades próprias do curso;

3) O pedido de atendimento especial ____ estudantes grávidas deverá vir em formulário próprio, com comprovações médicas.

Solicitamos ____ Senhora Coordenadora ____ divulgação dessas medidas. (...)

- a) À – as – à – à – a – à – as – as – a – a.
- b) A – às – a – a – a – à – as – às – à – à.
- c) À – as – à – a – à - a – às – as – a – a.
- d) A – as – a – a – à – a – às – às – à – a.
- e) A – às – à – à – a – à – as – às – à – à.

Conhecimentos Básicos de Informática

11 O WhatsApp não é só um mensageiro, como também se tornou repositório de informações valiosas — visto que muita gente confia na criptografia de ponta a ponta do software para bater papos sigilosos. Por isso, cuidar bem da sua conta se tornou ainda mais importante. A plataforma acaba de anunciar novas dicas e alerta para proteger seus dados.

Fonte: <https://www.tecmundo.com.br/software/141536-whatsapp-cria-novo-alerta-protger-melhor-conta.htm>

No texto, o termo “criptografia de ponta a ponta” tem relevante aplicação para quais princípios da segurança da informação?

- a) Confidencialidade e Integridade.
- b) Autenticidade e Legalidade.
- c) Integridade e Legalidade.
- d) Legalidade e Confidencialidade.
- e) Disponibilidade e Integridade.

12 Sobre componentes de computador, trata-se de equipamento para armazenamento, EXCETO:

- a) Solid State Drive.
- b) Hard Disk Drive.
- c) Serial AT Attachment.
- d) Electrically-Erasable Programmable Read-Only Memory.
- e) Digital Versatile Disc.

13 Sobre o comando pwd no Linux, sua execução em terminal informará:

- a) Senha do usuário logado.
- b) Lista do conteúdo de um diretório.
- c) Total de linhas, palavras e mesmo caracteres num arquivo.
- d) Exibe arquivos ps e pdf.
- e) Caminho completo do diretório local.

14 O uso de software livre é mais comum nos órgãos públicos federais (93%) do que nos estaduais (78%). Em 85% dos órgãos federais e 57% dos estaduais houve desenvolvimento de software novos para atender às suas necessidades específicas. Aproximadamente metade dos órgãos da esfera federal (52%) que desenvolveram software na própria organização ou para atender necessidades específicas do órgão também compartilhou ou cedeu esses software para outros órgãos públicos.

Fonte: TIC governo eletrônico 2017

Sobre o Software livre e Software proprietário, analise as afirmativas abaixo:

- I - O software livre se baseia no modelo de SaaS (Software as a Service).
- II – Uma diferença entre os tipos de software está na gratuidade, software livres são gratuitos e softwares proprietários são pagos.
- III - O Telegram, aplicativo de comunicação, é um exemplo de software livre.
- IV - Software com copyleft é um software livre.

Estão corretas:

- a) I e II, apenas.
- b) I, II e III, apenas.
- c) III e IV, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

15 Cookies são arquivos criados pelos websites que você visita. São usados para manter as informações de estado conforme você navega por diferentes páginas em um site ou retorna ao site posteriormente.

Sobre cookies, analise as afirmativas abaixo:

I - Os cookies podem ser usados para executar código

II - Cookies primários são cookies associados com o domínio do host

III - Os cookies de sessão são armazenados na memória e não são gravados no disco

IV - Os dados são enviados pelo servidor da Web na forma de um cabeçalho HTTP chamado "Set-Cookie"

Estão corretas:

a) I e II

b) apenas II

c) II, III e IV

d) I, II e III

e) I, II, III e IV

Legislação

16 De acordo com a Constituição Federal de 1988, argumenta-se que em suas relações internacionais a República Federativa do Brasil rege-se pelos seguintes princípios:

- a) Independência nacional; prevalência dos direitos humanos e intervenção nos estados estrangeiros.
- b) Defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; e cooperação ao terrorismo e ao racismo.
- c) Independência nacional; prevalência dos direitos humanos e não-intervenção.
- d) Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; não concessão de asilo político e repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- e) Autodeterminação dos povos; igualdade entre os Estados; e prevalência dos direitos não humanos.

17 Considerando os direitos individuais e coletivos presentes na Constituição Federal de 1988, marque a alternativa INCORRETA:

- a) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- b) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, dependendo de censura ou licença.
- c) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- d) São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- e) Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.

18 São bens da União, de acordo com o artigo 20 da Constituição Federal de 1988:

- a) Os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos e os recursos minerais, sem contar os do subsolo.
- b) O mar territorial, as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos, mas não os pré-históricos.
- c) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio.
- d) Os potenciais de energia hidráulica e as ilhas fluviais e lacustres localizadas depois da fronteira com outros países.
- e) O mar territorial e os potenciais de energia solar.

19 Segundo o artigo 40, § 1º, da CF/88, os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados:

- I - Por invalidez permanente, sendo os proventos pagos integralmente;
- II - Compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar;
- III - Voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria; observadas as condições estabelecidas na EC nº 20;
- IV - Por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei;
- V - Compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 60 (sessenta) anos de idade, ou aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar;

Está correto apenas o que se indica em:

- a) I, II e V.
- b) I, II e IV.
- c) II, IV e V.
- d) III, IV e V
- e) II, III e IV.

20 De acordo com o Título IV – Da organização dos Poderes, da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar:

- a) O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara de Vereadores e do Senado Federal.
- b) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio proporcional.
- c) Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça.
- d) A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada.
- e) Compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto aberto, após arguição pública, a escolha de Promotores de Justiça, nos casos estabelecidos nesta Constituição;

21 Segundo o artigo 33 da Lei nº 8.112/90, a vacância do cargo público decorrerá de:

- a) Exoneração, demissão, promoção, readaptação, aposentadoria, posse em outro cargo inacumulável e falecimento.
- b) Exoneração, demissão, promoção, ascensão, aposentadoria, posse em outro cargo inacumulável e falecimento.
- c) Exoneração, demissão, promoção, transferência, aposentadoria, posse em outro cargo inacumulável e falecimento.
- d) Exoneração, demissão, promoção, ascensão, transferência, aposentadoria, posse em outro cargo inacumulável e falecimento.
- e) Exoneração, demissão, promoção, readaptação, aposentadoria, ascensão e transferência.

22 Segundo a doutrina vigente, considera-se atributos dos atos administrativos:

- a) Presunção de legitimidade e veracidade dos atos administrativos; competência; tipicidade e imperatividade.
- b) Presunção de ilegitimidade e veracidade dos atos administrativos; autoexecutoriedade; tipicidade e imperatividade.
- c) competência, autoexecutoriedade; tipicidade e imperatividade.
- d) Presunção de ilegitimidade e veracidade dos atos administrativos; autoexecutoriedade; finalidade e forma.
- e) Presunção de legitimidade e veracidade dos atos administrativos; autoexecutoriedade; tipicidade e imperatividade.

23 Sobre a formalização dos contratos administrativos, marque a alternativa correta:

- I - Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem.
- II - É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento)
- III – Nos contratos não há a necessidade de mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais.
- IV - A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o décimo dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus.

- a) I, II e III.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) II e IV.
- e) I, III e IV.

24 Sobre as modalidades de licitação presentes na Lei n.º 8.666/93, é correto afirmar:

- a) Concorrência é a modalidade de licitação em que pessoas predeterminadas, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- b) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- c) Convite é a modalidade de licitação entre interessados de qualquer ramo, cadastrados, convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.
- d) Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.
- e) Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, a quem oferecer o menor lance da avaliação.

25 Segundo o que estabelece o Regimento Interno e o Estatuto da Universidade Federal de Campina Grande, são órgãos deliberativos da Administração Superior da UFCG:

- a) Colegiado Pleno, Câmara Superior de Ensino, Câmara Superior de Pós-Graduação, Câmara Superior de Pesquisa e Extensão, Câmara Superior de Gestão Administrativo-Financeira e Conselho Curador.
- b) Reitoria, Câmara Superior de Ensino, Câmara Superior de Pós-Graduação, Câmara Superior de Pesquisa e Extensão, Câmara Superior de Gestão Administrativo-Financeira e Conselho Curador.
- c) Colegiado Pleno, Câmara Superior de Ensino, Câmara Superior de Pós-Graduação, Conselho de Pesquisa, Ensino e Extensão, Câmara Superior de Gestão Administrativo-Financeira e Conselho Curador.
- d) Colegiado Pleno, Câmara Superior de Ensino, Câmara Superior de Pós-Graduação, Conselho de Pesquisa, Ensino e Extensão e Câmara Superior de Gestão Administrativo-Financeira.
- e) Colegiado Pleno, Pró-reitoria de Ensino, Câmara Superior de Pós-Graduação, Conselho de Pesquisa, Ensino e Extensão, Câmara Superior de Gestão Administrativo-Financeira.

Política Pública de Educação

26 O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8069/90) prevê que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - direito de ser respeitado por seus educadores;
- III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V - acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência.

É correto o que se afirma em:

- a) I, II e V.
- b) II, III e IV.
- c) III, IV e V.
- d) I, II, IV e V.
- e) I, II, III, IV e V.

27 Levando em consideração os direitos e deveres previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8069/90), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- b) Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino;
- c) É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz;
- d) As famílias têm o direito de educar seus filhos em casa, para protegê-los de más influências ou manipulações do ambiente escolar;
- e) Os dirigentes de estabelecimentos de ensino comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos envolvendo seus alunos, reiteração de faltas injustificadas, evasão escolar e elevados níveis de repetência.

28 Com base no que está previsto na legislação acerca do financiamento da educação, julgue os itens a seguir:

- () A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- () A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.
- () Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.
- () A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.
- () Os recursos públicos deverão ser obrigatoriamente aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

Assinale a alternativa correta:

- a) V, V, V, V, F.
- b) F, V, V, F, V.
- c) V, F, F, V, F.
- d) F, V, F, V, V.
- e) V, V, F, F, F.

29 Com relação às competências previstas na legislação para a União no campo da educação, analise as afirmações a seguir:

- I - Elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- II - Prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva.
- III - Arcar com o financiamento, manutenção e desenvolvimento de todo sistema de ensino superior no país.
- IV - Estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum.
- V - Assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino.

São corretas as seguintes alternativas:

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV.
- c) I, III e V.
- d) I, II e V.
- e) I, II, IV e V.

30 Considerando as metas e estratégias previstas no PNE (Lei n. 13.005/14) para valorização dos profissionais da educação, pode-se afirmar que:

- I - Está prevista a valorização dos (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência do mesmo.
- II - Indica-se a constituição de um fórum permanente para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.
- III - Está previsto a implantação de planos de Carreira para os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar.
- IV - Será preciso também ampliar a assistência financeira específica da União aos entes federados para implementação de políticas de valorização dos (as) profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional profissional.

São corretas as seguintes afirmações:

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV.
- c) III e IV.
- d) I, II, III e IV.
- e) II e IV.

Conhecimentos Específicos

31 Com base nas terminologias arquivísticas: “Código numérico, alfabético ou alfa-numérico que identifica a localização das unidades de instalação. Também designada referência de localização.” Denomina-se:

- a) Código de referência.
- b) Cota.
- c) Dossier.
- d) Código de classificação.
- e) Organização.

32 A Lei Nacional de Arquivos (8.159/1991) instituiu o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), que tem a finalidade de implementar a política nacional de arquivos públicos e privados, visando à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos de arquivo. O SINAR tem como órgão central o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

Atribui-se ao CONARQ:

- a) Implementar a política nacional de arquivos.
- b) Acompanhar a política nacional de arquivos.
- c) Definir a política nacional de arquivos.
- d) Dispor sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.
- e) Gerir a política nacional de arquivos públicos e privados.

33 Define-se o termo: apensação, por:

- a) Documento ou processo juntado a processo sem, contudo, passar a integrá-lo.
- b) Nota ou aditamento feito oficialmente em documento.
- c) Conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente.
- d) Resultado da reprodução de um documento, geralmente qualificada por sua função ou processo de duplicação.
- e) Juntada, em caráter temporário, com o objetivo de elucidar ou subsidiar a matéria tratada, conservando cada processo a sua identidade e independência.

34 Arquivo correte é o conjunto de documentos de uso frequente, normalmente mantidos com seus produtores, com atributos de valores. Arquivo corrente apresenta os seguintes valores:

- I - Administrativo, valor que um documento tem para a atividade administrativa do órgão ou entidade, na medida em que informa, fundamenta ou prova seus atos.
- II - Legal, valor que um documento possui perante a lei para comprovar um fato ou constituir um direito.
- III - Fiscal, valor atribuído a documentos ou arquivos para comprovação de operações financeiras ou fiscais.
- IV - Gestão, valor que reúne os documentos quanto a sua produção, manutenção e utilização necessários ao desempenho e ao cumprimento das atividades de uma instituição.
- V - Jurídico, valor atribuído à responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor, aquele que desfigurar ou destruir documentos de valor permanente ou considerado como de interesse público e social.

Está(ão) correta(s), apenas:

- a) I, II e III.
- b) II, III, IV e V.
- c) I, II, III, IV e V.
- d) I e IV.
- e) II e V.

35 Quanto à classificação de documentos, considere as afirmativas a seguir:

- I - Organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano de classificação, código de classificação ou quadro de arranjo.
- II - Análise e identificação do conteúdo de documentos, seleção da categoria de assunto sob a qual seja recuperados, podendo-se-lhes atribuir códigos.
- III - Ato pelo qual a autoridade competente libera à consulta, no todo ou em parte, documento anteriormente sujeito a grau de sigilo.
- IV - Atribuição a documentos, ou a informações neles contidas, de graus de sigilo, conforme legislação específica.

Está(ão) correta(s), apenas:

- a) I, II e III. b) I e IV. c) II e IV. d) III. e) I, II e IV.

36 Comissão de avaliação e destinação é um grupo multidisciplinar encarregado da avaliação de documentos de um arquivo, responsável pela elaboração de tabela de temporalidade.

A tabela de temporalidade é

- a) recurso fixado em tabela de temporalidade, ao fim do qual os documentos não considerados de valor permanente deverão ser eliminados.
- b) instrumento definido na tabela de temporalidade e baseado em estimativas de uso, em que documentos deverão ser mantidos no arquivo corrente ou no arquivo intermediário, ao fim do qual a destinação é efetivada.
- c) instrumento do qual consta o registro de informações sobre documentos eliminados após terem cumprido o prazo de prazo de guarda.
- d) instrumento de destinação, aprovado por autoridade competente, que determina prazos e condições de guarda tendo em vista a transferência, recolhimento, descarte ou eliminação de documentos.
- e) desempenho sistemático de uma operação ou sequência de operações sobre dados, por um ou mais computadores, para atingir um resultado final desejado.

37 No Brasil, a gestão de documentos se institucionalizou com a aprovação da Lei 8.159/1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. A mencionada lei define gestão documental, como sendo:

- a) Administração do uso e circulação da informação, com base na teoria ou ciência da informação.
- b) O conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.
- c) Administração do depósito no tocante à utilização do espaço, localização e movimentação do acervo, armazenamento, climatização, higiene e segurança.
- d) Notação destinada à gestão lógica e intelectual dos documentos, de acordo com os instrumentos de pesquisa.
- e) Conjunto de procedimentos e operações técnicas cuja interação permite a eficiência na produção, tramitação, uso, avaliação, arquivamento, arquivamento e destinação de documentos.

38 Na arquivologia as gravuras e fotografias são típicos de gênero documental. Neste aspecto documental, assinale a alternativa correlata ao gênero.

- a) Documento filmográfico.
- b) Documento micrográfico.
- c) Documento iconográfico.
- d) Documento fotográfico.
- e) Espécie documental.

39 O valor do arquivo, seja este físico ou digital, tem conotação relevante, por ser o ambiente no qual guarda-se documentos de forma dinâmica. Documentos codificados em dígitos binários representados em 0 e 1, são denominados documentos:

- a) Eletrônicos.
- b) Analógicos.
- c) Digitalizados.
- d) Digitais.
- e) Tecnológicos.

40 São arquivos públicos os conjuntos de documentos:

- I - Produzidos e recebidos por órgãos e entidades públicas federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais, em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias.
- II - Produzidos e recebidos por agentes do Poder Público, no exercício de seu cargo ou função ou deles decorrente.
- III - Produzidos e recebidos pelas empresas públicas e pelas sociedades de economia mista.

Está(ão) correta(s), apenas:

- a) I, II e III.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I.
- e) II.

41 O SINAR tem por finalidade implementar a política nacional de arquivos públicos e privados, visando à:

- a) Promoção da gestão, a preservação e o acesso às informações e aos documentos na sua esfera de competência, em conformidade com as diretrizes e normas emanadas do órgão central.
- b) Disseminação, em sua área de atuação, as diretrizes e normas estabelecidas pelo órgão central, zelando pelo seu cumprimento.
- c) Implementação da racionalização das atividades arquivísticas, de forma a garantir a integridade do ciclo documental.
- d) Promoção da integração e a modernização dos arquivos em sua esfera de atuação.
- e) Gestão, à preservação e ao acesso aos documentos de arquivo.

42 O ciclo de vida dos documentos, colocando-os em cronologia, divide os arquivos em fases de 1ª idade, 2ª idade e 3ª idade, denominando-os, respectivamente:

- a) Permanente, intermediário e corrente.
- b) Corrente, intermediário e permanente.
- c) Intermediário, corrente e permanente.
- d) Permanente, corrente e intermediário.
- e) Intermediário, permanente e corrente.

43 Na forma da legislação em vigor aplicada à política nacional de arquivos públicos e privados, é correto afirmar:

- a) Aquele que desfigurar ou destruir documentos de valor permanente ou considerado como de interesse público e social estará sujeito à responsabilidade penal, civil e administrativa.
- b) Acesso aos documentos de arquivos privados identificados como de interesse público e social poderá ser franqueado, mesmo sem autorização de seu proprietário ou possuidor.
- c) Arquivos privados identificados como de interesse público e social poderão ser alienados com dispersão ou perda da unidade documental, nem transferidos para o exterior.
- d) Arquivos privados identificados como de interesse público e social não poderão ser depositados a título revogável, ou doados a instituições arquivísticas públicas.
- e) Registros civis de arquivos de entidades religiosas são identificados deliberadamente como de interesse público e social.

44 Os procedimentos legais que destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação, devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

- I - Observância da publicidade como preceito geral e do sigilo sem exceção.
- II - Divulgação de informações de interesse público, que independente de solicitações.
- III - Utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação, inclusive e-mail.
- IV - Fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública.
- V - Desenvolvimento do controle social da administração pública.

Está(ão) correta(s), apenas:

- a) I, III e V.
- b) II, III e IV.
- c) I e II.
- d) I, II, III, IV e V.
- e) II, III, IV e V.

45 É prevista como informação sigilosa:

- a) Aquela que recebe proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.
- b) Aquela em que não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.
- c) Aquela que a decisão de negativa de acesso à informação total ou parcialmente classificada como sigilosa não indicar a autoridade classificadora ou a hierarquicamente superior a quem possa ser dirigido pedido de acesso ou desclassificação.
- d) Aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.
- e) Aquela que prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais.

46 Os arquivistas mantêm a integridade dos arquivos, garantindo assim que possam se constituir em testemunho permanente e digno de fé do passado. O primeiro dever dos arquivistas é o de manter a(o):

- a) Objetividade e a imparcialidade que permitem aquilatar o grau de seu profissionalismo.
- b) Profissionalismo ético.
- c) Integridade dos documentos que são valorizados por seus cuidados e sua vigilância.
- d) Respeito à vida privada das pessoas que estão ligadas à origem ou que são a própria matéria dos documentos, sobretudo daquelas que não foram consultadas quanto à utilização ou ao destino dos documentos.
- e) Abstenção das atividades que possam criar no espírito do público a impressão de um conflito de interesses.

47 A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), por meio do Comitê Brasileiro de Informação e Documentação (NBR/CB-014) elaborou as normas ABNT NBR ISO 30300:2016 e ABNT NBR ISO 30301:2016 que estão disponibilizadas no catálogo da ABNT. As normas visam padronizar os procedimentos em Gestão de Documentos no Brasil, a saber:

- I - Sistema de gestão de documentos de arquivo — Fundamentos e vocabulário.
- II - Sistema de Padronização de Normas da ABNT – Fundamentos e Requisitos.
- III - Sistemas de gestão de documentos de arquivo – Requisitos.
- IV - Sistema de Informação e Documentação.

Está(ão) correta(s), apenas:

- a) I, II e IV.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II, III e IV.
- e) III e IV.

48 O Programa AN Digital tem como objetivo implantar os procedimentos necessários e dotar o Arquivo Nacional de um repositório para receber, descrever, armazenar, preservar e dar acesso aos documentos arquivísticos digitais sob sua custódia. Neste sentido, o repositório do AN Digital tem como principal objetivo:

- a) Preservar os documentos digitais nele inseridos, bem como dos metadados a eles relacionados.
- b) Conservar os documentos digitais nele inseridos, bem como dos metadados a eles relacionados.
- c) Definir a Política de Preservação Digital.
- d) Dar transparência às opções adotadas pelo AN digital com relação à abordagem de preservação digital.
- e) Fundamentar a definição dos procedimentos e as opções tecnológicas a serem adotados no AN Digital.

49 As estratégias de preservação digital adotadas pelo AN Digital supõem ações que podem transformar parcialmente a apresentação do documento para garantir o seu acesso. Assim, para que o AN Digital possa garantir a preservação de longo prazo é necessário que:

- a) A autorização seja dada pelo Arquivo Nacional que tem o poder de custódia.
- b) Seja autorizado pelo Conselho Nacional de Arquivos.
- c) Seja autorizado pela Coordenação-Geral de Processamento Técnico – COPRA e pela Coordenação-Geral de Gestão de Documentos – COGED.
- d) Tenha autorização do detentor dos direitos de propriedade intelectual.
- e) Seja autorizado pelo Comitê Executivo do Governo Eletrônico.

50 A inserção dos documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais em programas de gestão de documentos arquivísticos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, visa precipuamente:

- a) Conservação.
- b) Manutenção.
- c) Restauração.
- d) Tratamento.
- e) Preservação e acesso.

RASCUNHO

RASCUNHO

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome: _____ Carteira nº _____